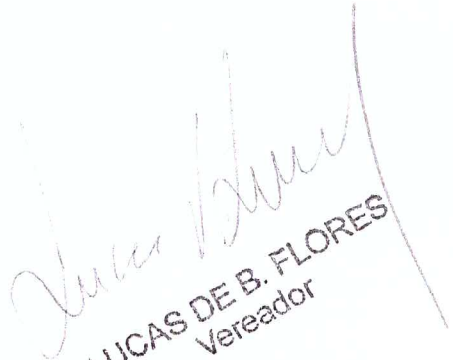
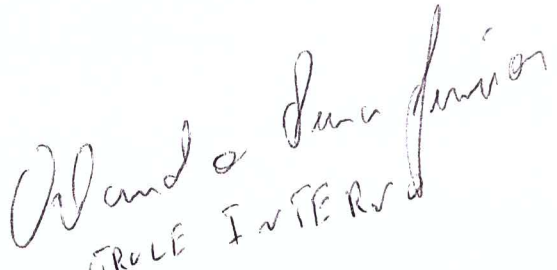


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE À APRESENTAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, CONSOANTE AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 2º DO ART. 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 11:30 HORAS DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2016, a qual esteve sob a Presidência do Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Presente a Secretária Municipal de Economia e Finanças, senhora Sílvia Helena Sorgi. Presentes, ainda, demais servidores municipais e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador Lucas de Barros Flores, Presidente desta Sessão Pública, convidou a senhora Sílvia Helena Sorgi, Secretária Municipal de Economia e Finanças, para tornar pública a proposta de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017. A senhora Sílvia Helena Sorgi iniciou a sua explanação informando que a finalidade da presente Audiência Pública era a demonstrar a proposta de Lei Orçamentária para o exercício de 2017, em cumprimento ao previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e, também, em consonância com o artigo 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ato contínuo, salientou que até o próximo dia 30 de setembro a Prefeitura Municipal iria protocolizar na Casa Legislativa e peça de planejamento contendo a Proposta Orçamentária, que, posteriormente, será submetida às Comissões Internas da Casa, seguida de dois turnos de votação. Após a aprovação, o Autógrafo será remetido à Prefeitura Municipal para veto ou sanção do Chefe do Executivo, e, havendo sanção, referida lei entrará em vigor a partir do exercício financeiro de 2017. A Secretária Municipal de Economia e Finanças informou que a peça de planejamento de que trata a proposta orçamentária estima a receita a ser arrecadada e fixa a despesa para o exercício seguinte, bem como, que o Orçamento de 2017 tem uma previsão de receita da ordem de R\$ 406.940.000,00. Foi apresentado gráfico da evolução da receita nos anos de 2014 até a previsão para 2017, conforme segue: em 2014 – R\$ 358.187.785,00; em 2015 – R\$ 334.882.457,83 (queda de 6,51%); em 2016 – R\$ 330.063.636,00 (queda de 1,44%); e, em 2017 – R\$ 406.940.000,00 (evolução de 23,29%). Em seguida, foi apresentado gráfico contendo o Grupo de Receitas em números percentuais, a saber: transferências correntes – R\$ 266.583.482,00 - 57%; outras receitas correntes – R\$ 55.948.572,00 - 12%; deduções do FUNDEB – (R\$ 30.497.099,00) - 7%; receitas de capital – R\$ 22.553.443,00 - 5%; receita tributária – R\$ 80.065.057,00 - 17%; receita de contribuições – R\$ 6.304.471,00 - 1%; receita patrimonial – R\$ 5.829.445,00 - 1%; e, receita de serviços – R\$ 152.684,00 - 0%. Ato contínuo, foi apresentado gráfico contendo as principais receitas em valores reais e números percentuais, a saber: IRRF – R\$ 5.459.810,00 – 1,34%; Dívida Ativa – R\$ 11.099.750,00 – 2,73%; ITBI – R\$ 6.214.067,00 – 1,53%; QESE – R\$ 7.615.626,00 – 1,87%; Iluminação Pública – R\$ 6.083.212,00 – 1,49%; Taxa de Ocupação de Vias – R\$ 6.549.521,00 – 1,61%; ISSQN – R\$ 21.162.142,00 – 5,20%; Diversas/Agência Reguladora/IPMJ – R\$ 84.601.387,00 – 20,79%; Taxa Limpeza Pública – R\$ 3.577.168,00 - 0,88%; Transferências SUS – R\$ 21.366.044,00 – 5,25%; Santa Casa – R\$ 27.247.472,00 – 6,70%; IPVA – R\$ 19.888.983,00 – 4,89%; IPTU – R\$ 33.444.715,00 – 8,22%; FPM – R\$ 48.924.719,00 – 12,02%; FUNDEB – R\$ 50.468.336,00 – 12,40%; e, ICMS – R\$ 53.237.048,00 – 13,08%. Quanto à despesa por Órgão os valores percentuais foram equivalentes a: Prefeitura Municipal – R\$ 386.124.784,00 - 95%; Agência Reguladora – R\$ 1.321.409,00 - 0%; IPMJ – R\$ 11.393.807,00 - 3%; e, Câmara Municipal – R\$ 8.100.000,00 - 2%. No tocante à despesa por categoria econômica os valores apresentados foram: Pessoal e Encargos Sociais – R\$ 163.788.048,00 - 40%; Outras Despesas Correntes – R\$ 192.605.004,00 - 47%; Amortização de Juros da Dívida – R\$ 13.151.622,00 - 3%; Investimentos – R\$ 31.824.737,00 - 8%; e, Reserva de Contingência – R\$ 5.570.589,00 - 2%. Em seguida, foi apresentado gráfico contendo as Despesas por Unidades Executoras, também em valores reais e números percentuais, a saber: Gabinete do Prefeito – R\$ 4.445.120,00 – 1,09%; Finanças – R\$ 30.697.216,00 – 7,54%; Jurídico – R\$ 1.203.426,00 – 0,30%; Educação – R\$ 100.473.369,00 – 24,69%; Saúde – R\$ 137.439.600,00 – 33,77%; Meio Ambiente – R\$ 22.805.168,00 – 5,60%; Habitação – R\$ 986.184,00 – 0,24%; Governo – R\$ 15.170.862,00 – 3,73%; Cultura – R\$ 2.622.526,00 – 0,64%; Esporte – R\$ 4.372.370,00 – 1,07%; Desenvolvimento Econômico – R\$ 1.066.159,00 – 0,26%; Agricultura – R\$ 1.333.357,00 – 0,33%; Assistência – R\$ 11.189.549,00 – 2,75%; Mobilidade Urbana – R\$ 29.648.256,00 – 7,29%; Projetos – R\$ 22.671.621,00 – 5,57%; Agência Reguladora – R\$ 1.321.410,00 – 0,32%; Câmara Municipal – R\$ 8.100.000,00 – 1,99%; e, IPMJ – R\$ 11.393.807,00 – 2,80%, totalizando R\$ 406.940.000,00. Foi apresentada graficamente a evolução da despesa no período de 2014 a 2017. A representante do Poder Executivo salientou que as despesas de Pessoal e Encargos, Outras Despesas Correntes (custeio/financiamento dos serviços) e Amortização da Dívida Pública encontram-se em crescimento. Já, quanto aos Investimentos, o gráfico apresentou variações de aumento e diminuição. A senhora Secretária Municipal de Economia e Finanças, discorreu a respeito dos percentuais de aplicação estimados para as áreas de Educação – 27,93%, Saúde – 38,21%, e, Gasto com Pessoal – 41,88%, salientando ainda que, diante desses percentuais, a Prefeitura cumprirá os quesitos legais e garantirá os recursos necessários para assegurar o ideal funcionamento da prestação de serviços de Saúde, Educação e Serviços Públicos. Finalizada a explanação, a senhora Sílvia Helena Sorgi, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. O Presidente da presente Audiência Pública, Vereador Lucas de Barros Flores, indagou à Imprensa e público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada à representante do Poder Executivo, ocasião em que fez uso da palavra, arguindo à Secretária Municipal de Economia e Finanças, o senhor João Guilherme D’Arcadia, representante do Jornal “O Comércio do Jahu”. Manifestou-se o Vereador Lucas de Barros Flores. Após, fez uso da palavra a Jornalista Bruna Mano, da TV Câmara Jahu. O Presidente da presente Audiência

Pública, Vereador Lucas de Barros Flores, indagou novamente à Imprensa e público em geral, se haveria alguma pergunta a ser formulada à Secretária Municipal de Economia e Finanças, ocasião em que ninguém mais manifestou interesse em fazer uso da palavra. Finalizando os trabalhos, o Presidente da Sessão e do evento, Vereador Lucas de Barros Flores, agradeceu a presença de todos, solicitando à Secretaria da Casa, que, após o recebimento na Casa Legislativa, seja dada ciência a todos os Edis, do inteiro teor da Lei Orçamentária 2017, a fim de que tenham tempo hábil para eventual apresentação de emendas ao projeto. Em seguida, deu por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a Documentação supra mencionada, bem como, a Lista de Presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública


Sílvia Helena Sorgi
Secretária de Economia e Finanças


LUCAS DE B. FLORES
Vereador


Wanderson Junior
CONTROLE INTERNO